

APTD 08. 2.4 - 26/1

EXTERIORES A RIO

EDUCACAO RIO

TELEX NR 2840 DE 25/11/68

EMBAIXADOR CARLOS CHAGAS

UNESCO

PARIS

SOLICITO PREZADO EMBAIXADOR CONSEGUIR UNESCO JUNTO PROJETO
PILOTO ALFABETIZACAO FUNCIONAL ADULTOS COPIA RELATORIO IPEA
ENVIADO SECRETARIADO RESPEITO ASSUNTO AGOSTO ULTIMO PT SAUDS.

MINISTRO TARSO DUTRA
EDUCACAO CUETURA

TR. A I D A EM 25/11/68

RECEBEU#

EXTERIORES A RIO

OK REC POR NOBRE+?

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

BRASIL

Proposições relativas à elaboração
de um projeto-pilôto de alfabetiza
ção funcional

janeiro - fevereiro de 1968

pelos Srs. P. Henquet e A. Sammak

Tradução da série nº 804/BMS.RD/EDA da U N E S C O

Paris, setembro de 1968

por Ingebord K. de Mendonça

U N E S C OProposições relativas à elaboração de um
Projeto-pilôto de alfabetização funcional no Brasil

formuladas após uma Missão preliminar efetuada a pedido do Governo brasileiro pelos Srs. P. Henquet (França) e A. Sammak (República Árabe Síria) em janeiro-fevereiro de 1968.

-X-X-X-X-X-

A - Aspectos gerais do desenvolvimento econômico e social do Brasil1. Recapitulação de alguns dados de base

A República Federal dos Estados Unidos do Brasil, que compreende 22 Estados, 4 Territórios e 1 Distrito Federal, se estende por uma superfície de 8,5 milhões de km², quase igual à de todos os demais Estados da América do Sul reunidos. Sua população se vou, em 31 de dezembro de 1967, a 87 milhões de habitantes (1), ou seja uma densidade média ligeiramente superior a 10 habitantes por km². A taxa de crescimento demográfico passou de 2,4% por ano no decurso do período 1950-1950 a 3% aproximadamente para o período 1960-1967, principalmente como resultado da redução na taxa de mortalidade; esse ritmo muito elevado de crescimento de verá perdurar durante os próximos anos. Essa população se caracteriza por sua extrema juventude, pois que, como se depreende da tabela adiante reproduzida, baseada em dados colhidos por ocasião do recenseamento de 1960, mais da metade dos brasileiros tem menos de 20 anos de idade.

Tabela 1: Repartição da população por grupos etários

<u>Grupo etário</u>	<u>Porcentagem</u>
Menos de 0 a 9 anos	32
10 a 19 anos	22
20 a 69 anos	45,4
Mais de 70 anos	1,6

A população ativa representava 32% da população total em 1960 e se distribuía como segue entre os diferentes setores de produção :

(1) Projeção calculada à base dos resultados do censo de 1960.

Tabela 2: Evolução da repartição da população ativa por setor de atividades (em percentagem)

<u>Setor:</u>	<u>1940</u>	<u>1950</u>	<u>1960</u>
<u>Primário:</u> (Agricultura e minas)	64,1	57,8	51,7
<u>Secundário:</u> (Indústrias e transportes)	12,1	15,6	15,1
<u>Terciário:</u> (serviços, administração etc.)	23,8	26,6	33,2

Fonte: Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, junho de 1966.

O crescimento dessa população se faz a ritmos diferentes, conforme os setores:

Tabela 3: Taxa média do crescimento exponencial da população economicamente ativa

<u>Setor:</u>	<u>1940-1950</u>	<u>1950-1960</u>	<u>1960-1970</u>
<u>Primário</u>	1,3	1,7	1,5
<u>Secundário</u>	5	2,4	3,5
<u>Terciário</u>	2,2	5,1	4,9
Total:	2	2,8	3,1

Fonte: Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, março de 1967.

O produto interno bruto (PIB) foi estimado, para 1966, em 44.369 milhões de cruzeiros (2), ou seja um PIB per capita que oscila, conforme a taxa de câmbio a adotar, entre 200 e 250 US\$.

A distribuição do valor acrescido entre os setores produtivos mostra que a agricultura e a indústria apresentam, a esta altura, uma importância econômica quase idêntica, o que, se o relacionarmos com os dados constantes da tabela 2 acima, evidencia a débil produtividade da população empregada na agricultura.

Tabela 4: Contribuição ao valor acrescido de cada setor em 1966

Agricultura	28,4%
Indústria	27,9%
Setor terciário	43,7%

Fonte: Crescimento econômico do Brasil: problemas e perspectivas
Relatório da missão do BIRD, outubro de 1967

(2) Anuário Estatístico do Brasil, 1967.

De 1947 a 1961, a economia brasileira se desenvolveu a um ritmo elevado, que se situa em média, a preços constantes, em 5,2% de 1947 a 1956, chegando a 7% de 1957 a 1961, ou seja uma taxa de crescimento per capita de 2,5 e 3,8%. Em 1962 e 1963, essa taxa caiu para 3,5% (ou seja 0,3% per capita) após uma diminuição muito sensível da atividade industrial, que coincidiu com uma queda da produção agrícola, esta última provocada por distúrbios climáticos. Após um período de austeridade econômica e de luta contra a inflação, a economia brasileira parece haver entrado, a partir de 1966, em uma nova fase de rápida expansão.

O balanço comercial, constantemente deficitário há longos anos, mostrou, a partir de 1964, graças essencialmente a uma redução das importações, um excedente considerável.

Tabela 5: Balanço comercial do Brasil (1960-1966)
(em milhões de US\$)

	Exportações	Importações	Excedente - Déficit
1960	1269	1462	-193
1961	1403	1460	- 57
1962	1214	1475	-261
1963	1406	1487	- 81
1964	1430	1263	+167
1965	1595	1096	+499
1966	1741	1496	+245

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1967.

Apesar dos esforços de diversificação da produção agrícola, o principal produto exportado continua a ser o café, que representou 53,1% do valor total das exportações em 1964, 44,3% em 1965 e 44,4% em 1966.

Em matéria de finanças públicas, o Governo brasileiro tem-se esforçado por reduzir o montante do desequilíbrio orçamentário que representa um dos tradicionais fatores de inflação; importantes limitações de crédito foram, para tal fim previstas no exercício de 1968.

Tabela 6: Evolução das receitas e despesas federais (1)
(em milhões de cruzeiros novos a preços correntes)

	Receitas	Despesas	Déficit
1963	953,1	1.277,6	- 324,5
1964	2.010,6	2.770,7	- 760,1
1965	3.593,9	4.414,9	- 821,0
1966	6.007,0	6.138,6	- 131,6

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1967.

(1) Exclusive os orçamentos dos Estados e das Administrações Municipais.

2. O planejamento do desenvolvimento.

Após a criação de uma Comissão Nacional de Planejamento (COPLAN), estabeleceu-se um primeiro Plano Geral de Desenvolvimento para o período 1963-1965, o qual previa investimentos equivalentes a 3,5 bilhões de cruzeiros novos (ao preço de 1962), os quais deveriam permitir um crescimento anual de 7% do produto real.

Esse plano foi substituído, após os acontecimentos de 1964, por um Programa de Ação Econômica Trienal, compreendendo os anos 1964-1966.

Em 1966 e 1967, o Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica elaborou um projeto de Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, cujo objetivo central era determinar as linhas de ação e os principais rumos da política de desenvolvimento econômico do Governo federal para o período 1967-1976. Esse plano que jamais chegou a ser adotado como tal, se compõe de um conjunto de estudos e de programas coordenados e orgânicamente integrados pelo Ministério do Planejamento, efetuados pelos Grupos de Coordenação criados pelo decreto 57.464, de 20 de dezembro de 1965, e constituídos, para cada um dos grandes setores da vida econômica, de representantes dos Ministérios, dos organismos regionais, dos Estados e do setor privado.

Este Plano Decenal prevê uma taxa anual de crescimento de 5,5% em 1968-1969 e de 6% de 1970 a 1976, graças a investimentos que se elevariam a 37,408 bilhões de cruzeiros novos (ao preço de 1966) no período de 1967-1971. Suas principais estipulações e orientações, que foram retomadas em especial num documento intitulado "Programa Estratégico de Desenvolvimento", aprovado pelo Presidente da República, em 14 de julho de 1967, facilitarão a elaboração de um Plano Trienal (1968-1970) e o estabelecimento do primeiro orçamento plurianual, que brevemente deverá ser apresentado ao Congresso Nacional.

Considerando que o desenvolvimento deve servir ao progresso social e à valorização do homem, o Plano consigna prioridade importante às ações educacionais e de formação, os quais se integram e se harmonizam com os demais objetivos fundamentais da atuação econômica e social. Projeções relativas a estrutura da população ativa, por setor e por ramo, até 1976, foram estabelecidas e as necessidades em mão-de-obra foram avaliadas por grupo de categorias sócio-profissionais.

O desenvolvimento dos diversos níveis de ensino e dos diversos tipos de formação foi planejado em função dessas necessidades, sobretudo no que diz respeito ao ensino técnico e à formação profissional. Os créditos consignados para o financiamento da educação no período de 1967-1976 foram fixados em 24,737 bilhões, de cruzeiros novos (ao preço de 1966), dos quais 20,537 correspondem a despesas de funcionamento e 4.200 a despesas de capital, o que, em 1971, representará cerca de 4% do produto nacional líquido.

Quanto à alfabetização, o projeto do Plano Decenal salienta a gravidade do problema do analfabetismo e sublinha suas implicações políticas e sócio-econômicas. Prevê o lançamento de uma campanha maciça, visando a eliminar, antes de 1976, o analfabetismo entre a população de 10 a 29 anos, nas 26 capitais dos Estados e dos territórios. Essa esco-

lha, imposta pela limitação dos recursos, se justifica, por um lado, pelo fato de que os grupos etários atingidos abrangem pessoas que terão, à sua frente, um longo período de vida ativa e, por outro lado, pela disponibilidade de facilidades materiais nas capitais.

Do plano constam elementos relativos aos custos unitários da alfabetização contemplada, embora o custo global da campanha não tenha sido especificado, porquanto as despesas de alfabetização foram englobadas àquelas com o ensino primário.

3. Industrialização

A industrialização do Brasil, a qual data apenas da segunda guerra mundial, visava, no início, essencialmente assegurar uma produção nacional capaz de substituir as importações. Progressivamente, contudo, o movimento se estendeu e a indústria começou a exportar uma parte da sua produção. Assim é que as exportações industriais chegaram a 100 milhões de US\$ em 1966 (contra 21 milhões apenas em 1960, o que, contudo, não representa mais que 5% do total das exportações). O ritmo de industrialização tem sido especialmente rápido; o índice da produção relacionada com as indústrias de transformação, as indústrias extrativas, a construção civil e a energia elétrica passaram de 100, em 1949, a 295 em 1961 (1).

O desenvolvimento industrial continua, no entanto, concentrado em certas regiões do país, o que engloba o risco de acentuar a disparidade e desigualdade dos níveis e ritmos de desenvolvimento entre as diferentes regiões e de agravar os desequilíbrios sócio-geográficos desta "terra de contrastes" que é o Brasil. Assim é que o Sul - e especialmente o Estado de São Paulo - está fortemente industrializado em relação ao Nordeste e ao Centro do país. De um total de 1.840.000 / operários que, em 1965, trabalhavam nas indústrias manufatureiras / (2), mais ou menos 2.000, ou seja mais da metade, se encontravam no Estado de São Paulo. Esse fenômeno de concentração geográfica das indústrias se aplica igualmente, embora em escala menor, à cidade do Rio de Janeiro (Estado da Guanabara), onde havia, em 1965, cerca de 189.000 operários trabalhando nas indústrias manufatureiras, ou seja 10,3% da mão-de-obra utilizada por essas indústrias.

As cidades industriais, sobretudo São Paulo, constituem polos de atração para a mão-de-obra das regiões pobres. Fluxos de migração interna drenam para aí os habitantes das regiões rurais superpovoadas, como é o Nordeste, onde as possibilidades de emprego industrial continuam limitadas e onde o sub-emprego e um desemprego disfarçado prevalecem na agricultura. Essa mão-de-obra migrante, que, para São Paulo, se estimou da ordem de 150.000 pessoas por ano (das quais 30.000 a 50.000 em idade e condições de trabalhar), geralmente

- (1) A partir de 1962, um novo índice da produção industrial foi adotado.
- (2) Cifras citadas no relatório da missão do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial) (outubro de 1967).

não possui qualquer qualificação profissional e conserva os hábitos e as atitudes próprias do meio rural. Essa mão-de-obra encontra dificuldades para se empregar, a não ser de forma esporádica e descontínua, e é absorvida, em sua maior parcela, pela indústria e construção civil.

Assim é que, em 1965-1966, a indústria da construção civil e mobiliária do Estado de São Paulo ocupava, segundo resultados dos levantamentos realizados pelo SENAI, perto de 139.600 operários (dos quais 61.700 na própria cidade de São Paulo), o que representava 11,5% da mão-de-obra industrial do Estado. O número verdadeiro de operários ocupados por essa indústria provavelmente é mais elevado, levando-se em conta a sub-avaliação freqüentemente posta em prática pela empresa, a fim de fugir ao pagamento da totalidade das prestações da previdência social, o que também contribui para facilitar a grande mobilidade de emprego nesse setor industrial.

Apesar das disparidades existentes, a industrialização das regiões pobres do país começa a progredir, especialmente no Nordeste. Graças à SUDENE, órgão de desenvolvimento regional criado em 15 de dezembro de 1959, gradativamente se foram constituindo polos de crescimento industrial, na maioria das vezes ao redor dos principais portos da região e especialmente em Salvador, Recife e Fortaleza. De fato, a SUDENE adota uma política sistemática de incentivo aos investimentos, cujo principal instrumento se encontra nos artigos 18 e 34 de seu Plano-Diretor; esses artigos permitem a qualquer empresa depositar até 50% do montante dos impostos que sobre a mesma incidem numa conta bloqueada, sem juros, podendo servir para o possível financiamento de seus investimentos industriais no Nordeste, desde que os mesmos sejam aprovados pela SUDENE.

O mais importante polo de desenvolvimento industrial criado ou reforçado graças a esses mecanismos é o de Salvador (Estado da Bahia). De 1966 a julho de 1967, a região de Salvador beneficiou-se com 44% do montante total dos investimentos autorizados pela SUDENE no contexto da aplicação dos artigos 18/34. Perto dos arrabaldes industriais do Grande-Salvador, onde trabalham 20.000 operários, criou-se, em Aratu, uma nova zona industrial, inteiramente nova, a qual será servida por instalações portuárias autônomas, cuja construção é financiada por um empréstimo do BIRD. Algumas indústrias, que empregam perto de 5.000 operários, já começaram a funcionar nessa nova zona de expansão industrial, onde também está prevista, antes de 1970, a instalação de mais de vinte empresas, representando cerca de 15.000 novos empregos. Essas empresas recrutarão a maior parte do pessoal que precisarão dentre os habitantes da região.

O número de operários recenseados nas indústrias manufatureiras do Estado da Bahia, em 1965, atingia a 27.013 pessoas, distribuídas da seguinte maneira:

- Indústrias alimentícias	6126
- Indústrias químicas	4808
- Indústria do fumo	4575

- Minerais não-metálicos	2482
- Madeira	1613
- Metalurgia	1385
- Outros	1637

A distribuição da mão-de-obra industrial no Brasil, segundo os níveis de qualificações, ressalta a importância da categoria da mão-de-obra "semiquificada", bem como a disparidade existente em relação à categoria dos "operários qualificados" entre as indústrias manufatureiras e a indústria da construção civil. De fato, parece que o progresso técnico e a mecanização crescente nas indústrias tende a aumentar a importância relativa dos operários "semiquificados" em detrimento dos operários qualificados, por um lado, e, em menor escala, por outro lado, dos operários sem qualificações.

Tabela 7: Composição da mão-de-obra industrial por níveis de qualificação (em percentagem)

	<u>Indústrias</u> <u>manufatureiras</u> <u>(1963)</u>	<u>Construção</u> <u>civil</u> <u>(1965)</u>
Operários semiquificados	38,10	30,10
Operários qualificados	9,97	25,64
Mestres	3,59	4,71
Auxiliares técnicos	1,48	1,00
Técnicos de nível médio	0,88	0,35
Engenheiros	0,41	0,66
Outros	45,57	37,56
	<u>100,00</u>	<u>100,00</u>

Fonte: "Mão-de-obra industrial"; estudo do SENAI e documento do Plano Decenal.

Entretanto, a industrialização no Brasil só tem podido desenvolver-se graças aos favores de uma severa proteção alfandegária. Apesar dos níveis de salários relativamente baixos, os custos de produção no seio de muitas empresas continuam elevados. Essa situação não deixa de relacionar-se com o baixo nível de eficiência e de produtividade da mão-de-obra, especialmente nos escalões menos elevados, e com as dificuldades que a mesma experimenta em se adaptar à civilização industrial, levando-se em conta a insuficiência de sua formação. Em verdade, o Brasil enfrenta um fenômeno comum a muitos dos países em vias de desenvolvimento, a saber um excedente de mão-de-obra sem qualificações, coincidindo com uma penúria de mão-de-obra realmente qualificada.

Quanto às categorias de "operários qualificados" e de "operários semiquificados", verifica-se que, para atender às necessidades crescentes de mão-de-obra, os programas de formação profissional não têm podido corresponder e não estão ainda em condições de satisfazer a totalidade da procura. Quanto à formação feita "no serviço", ela frequentemente oferece sérias dificuldades e nem sempre dá os resultados esperados. A formação profissional de operários qualificados e

semiquualificados está a cargo, essencialmente, do SENAI e, quanto aos operários qualificados, da Divisão de Ensino Industrial do Ministério Federal da Educação e Cultura (MEC).

O SENAI, criado em janeiro de 1942 pela Federação das Indústrias Brasileiras e cujo financiamento está garantido por uma contribuição que incide em 1% sobre os salários, dispõe de uma rede de formação profissional que se estende por tôdas as regiões industriais do país. Inicialmente, o SENAI foi concebido como um órgão encarregado da formação de aprendizes de 14 a 18 anos, mediante a combinação de cursos teóricos e de trabalhos de aplicação prática. A seguir, o SENAI estendeu seu campo de atividades à formação profissional dos adultos. Atualmente, além dos cursos de aprendizagem de duração geralmente longa (dois anos), visando formar operários qualificados, o SENAI realiza, em suas escolas e seus centros de formação, cursos intensivos de formação para adultos (visando, em grande parte, a formação de operários semiquualificados) e cursos de aperfeiçoamento (para operários qualificados). Em 1965, o número de operários e aprendizes beneficiários da assistência do SENAI se distribuía como segue:

Tabela 8: Cursos organizados pelo SENAI

- Cursos de aprendizagem	27.495
- Cursos intensivos de formação	19.267
- Cursos de aperfeiçoamento	7.075
- Cursos para o pessoal do SENAI	432
- Cursos para técnicos de nível médio	781
Total:	<u>55.600</u>

Fonte: Documento do projeto do Plano Decenal.

Além da formação proporcionada em seus centros e escolas, o SENAI se encarrega igualmente, a pedido das emprêsas, da formação nos locais de trabalho, ajustada às necessidades peculiares e visando geralmente preparar operários semiquualificados ou a aperfeiçoar operários qualificados, chefes de oficinas, auxiliares técnicos etc. Em 1966, 36 emprêsas haviam assinado, para tal, acordos com o SENAI (10 emprêsas siderúrgicas, 5 indústrias mecânicas e metalúrgicas, 5 indústrias têxteis etc.) e 77.000 operários aproximadamente se beneficiavam assim de uma formação especializada.

O programa de formação da mão-de-obra industrial da Divisão de Ensino Industrial do MEC foi organizado por força do decreto de 28 de dezembro de 1963, a fim de complementar e reforçar a atuação do SENAI. No decurso de uma primeira fase experimental de 20 meses, o programa devia permitir a formação de 32.400 operários qualificados, 3.100 supervisores, 4.100 auxiliares técnicos, 4.200 técnicos e 2.100 instrutores. Distinguindo-a do SENAI, a Divisão de Ensino Industrial não executa ela mesma esse programa, mas propicia ajuda financeira e apoio técnico aos órgãos e emprêsas que desejam valer-se disso, número que durante a fase experimental atingiu a 320.

Apesar de sua importância, os programas de formação profissional do SENAI e do MEC cobrem apenas uma parcela das necessidades em

operários qualificados e semiquualificados das empresas industriais.

Os encarregados do planejamento calculam que as indústrias deverão empregar, em 1968, perto de 35.000 novos operários qualificados e 79.000 novos operários semiquualificados, prevendo-se um crescimento regular de tais números, que, em 1976, poderão chegar a 50.000 e 101.000 respectivamente (1). A Divisão de Ensino Industrial estima, por sua vez, em 60.000 o número de operários qualificados que deverão ser formados ou aperfeiçoados anualmente (2).

As estatísticas do mercado de trabalho confirmam, além disso, a carência de operários qualificados e semiquualificados, condição agravada, em relação aos primeiros, pelo fato de que parte dos aprendizes do SENAI abandonam, depois de formados, o setor industrial para se estabelecer por conta própria como artesãos.

A insuficiência dessa categoria de mão-de-obra se manifesta em diferentes graus, segundo as regiões e os tipos de indústria. Parece que ela se faz sentir com importância especial no setor da construção civil, sobretudo em São Paulo, nos principais ofícios dessa indústria : pedreiros, marceneiros, bombeiros, etc. Côncios dessa situação , as autoridades paulistas (Prefeitura, Federação das Indústrias, SENAI) se empenham atualmente em criar uma rede suplementar de formação , visando remediar tal situação.

Os operários qualificados e sobretudo os semiquualificados são, pois, formados, em grande parte, nos seus próprios locais de trabalho. As cifras que se seguem, relativas ao estoque total da mão-de-obra industrial em 1967 e que, portanto, refletem as tendências passadas, confirmam isso:

Tabela 9: Modalidades de formação de operários qualificados e semiquualificados

	<u>SENAI</u>	<u>Cursos técnicos</u>	<u>Cursos indust.</u>	<u>Outros</u>	<u>Locais de trabalho</u>
Operários qualificados	10,6%	1,3%	4,6%	0,6%	82,9%
Operários semiquualificados	3,3%	0,2%	0,6%	0,3%	95,7%

Fonte: Números provisórios extraídos de um levantamento realizado por técnicos do SENAI.

Ora, a formação nos próprios locais de trabalho, realizada fora dos

(1) Projeto do Plano Decenal,

(2) "Cintext" (Centro Interamericano de Pesquisa e Documentação em matéria de Formação Profissional, estabelecido sob os auspícios da OIT, em Montevideo): projeto nº 019, 1967, relativo à avaliação do programa intensivo.

programas do SENAI e do MEC, se vê a braços com numerosos óbices e continua sendo incompleta e precária. Numerosas emprêsas não têm condições de aplicar um método de formação adequada ou não dispõem dos meios apropriados; e os operários, que, em grande parcela, procedem das regiões rurais e são analfabetos ou semi-analfabetos, experimentam graves dificuldades em se ajustar às exigências da indústria (atenção continuada, pontualidade etc.) e em assimilar, em profundidade, a formação que lhes é dada.

Isso basta para explicar o fraco nível de produtividade, principalmente nas emprêsas menos mecanizadas, bem como a limitação das possibilidades de promoção interna que caracterizam a indústria brasileira.

É bem verdade que o problema não se apresenta sempre, em toda a parte, com o mesmo impacto. A taxa média de analfabetismo ou semi-analfabetismo (1) entre os operários qualificados e semiquaificados, a qual chega, conforme os resultados provisórios de um levantamento recente, a 17% e 45,5% respectivamente, abrange importantes disparidades regionais e setoriais. Ela é presumivelmente bem mais alta nas regiões menos desenvolvidas do País ou entre os operários da construção civil por exemplo, recrutados, em parte, dentre os migrantes do Nordeste.

4. O desenvolvimento agrícola

O esforço extremamente importante empreendido pelo Brasil para acelerar o ritmo do desenvolvimento industrial e que se estende a regiões até agora tradicionalmente dedicadas à agricultura, tornou evidente o fato, já constatado em numerosos países em vias de desenvolvimento, de que o atraso da agricultura retarda o progresso econômico e constitui ameaça, a longo prazo, para os resultados da industrialização. A agricultura, de fato, não só alimenta a população, mas deve fornecer também os principais produtos de exportação, prover a indústria de matérias-primas e constituir um mercado para os novos produtos industriais. Além disso, ela alimenta, na medida do crescimento de sua própria produtividade, o reservatório de mão-de-obra, do qual se socorrem os setores secundário e terciário em função de sua respectiva evolução. Esses dados elementares são retomados e expostos no Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ora bem, a agricultura, que ocupa ainda perto da metade da população ativa, não se desenvolve no mesmo ritmo que a indústria. O índice da produção agrícola passou de 100, em 1949, a 167, em 1961, ou seja que houve um crescimento de 67% (enquanto a produção industrial se elevava em 195% no mesmo período).

Sob o ponto de vista agrícola, o Brasil pode, esquematicamente, ser dividido em três regiões: o Noroeste (7% da produção), o Nordeste (16%) e o Sul (77%). Ao contrário do Sul, onde se desenvolveu uma

(1) Por semi-analfabetos entendem-se os adultos que não completaram, no mínimo 4 anos de ensino primário, devendo a duração desse ensino em princípio, ser de 6 anos no meio urbano e de 4 no meio rural.

agricultura do tipo moderno e onde as plantações particulares fornecem uma proporção considerável dos principais cultivos do País (café, arroz, milho, algodão, cana de açúcar etc.), a situação no Nordeste é bem menos favorável. Isso se deve, em parte, às difíceis condições climáticas (existência do polígono da seca), em parte à persistência de estruturas obsoletas, que, sobretudo na zona da "Mata", ao longo da costa, constituem um óbice ao desenvolvimento: a maioria dos grandes proprietários tradicionais ainda não assimilou a mentalidade de "empresários", enquanto os assalariados agrícolas e os meeiros não têm possibilidade ou não se interessam em aumentar a produção.

As autoridades brasileiras reconhecem que o desenvolvimento agrícola deve acompanhar, par a par, a industrialização. Trata-se não só de elevar o nível de vida das massas campestres, a fim de reduzir as disparidades entre as cidades e o campo, mas também de ampliar o mercado industrial mediante a melhoria do poder de compra das massas rurais. A importância da agricultura ressalta igualmente do fato de que os produtos agrícolas representam cerca de 85% das exportações e que ainda constituirão, durante longo tempo, a principal fonte de divisas estrangeiras. Eis porque uma série de medidas foram tomadas para favorecer a agricultura e elevar a renda dos campestres. Essas medidas, que interessam em especial ao Nordeste, se enquadram nos seguintes rumos:

(a) Elevação do nível técnico da mão-de-obra rural.

Os esforços empreendidos no sentido de melhorar o nível técnico da mão-de-obra rural dependem, em primeiro plano, da ABCAR, órgão público encarregado da melhoria e da difusão das técnicas e práticas agrícolas. Esse órgão iniciou suas atividades em 1949 no Estado de Minas Gerais. Em 1966, sua atuação se estendia a 18 Estados, onde dispunha de 755 escritórios locais e 103 escritórios regionais. A ABCAR (chamada ANCAR, nos Estados do Nordeste) empregava cerca de 1700 agentes de extensão, dos quais perto de 1500 trabalhavam em contato direto com os campestres. O sistema de extensão da ABCAR, que se baseia sobre a atuação do responsável por cada escritório local através dos líderes das comunidades, até aqui, em inúmeras regiões, tem dado resultados notáveis (1). Parece, contudo, que a eficiência do sistema poderia ser grandemente aperfeiçoada mediante a melhoria do nível cultural dos líderes e da população que aos primeiros cabe influenciar. Isso facilitaria a compreensão e a assimilação dos conselhos, das informações e das diretrizes que lhes são propiciadas.

No Estado de Pernambuco, a ANCAR age, em grande parte, numa região do Agreste, que se localiza entre a zona do litoral (zona da Mata) e a do interior (Sertão). O Agreste de

(1) Um relatório publicado pela ANCAR do Estado de Pernambuco mostra, por exemplo, que o rendimento médio por hectare do algodoeiro aumentou de 300 para 373 quilos, de 1964 a 1966, nas zonas que dispõem de assistência da ANCAR, ao passo que nas demais foi apenas de 221 a 267.

Pernambuco abrange uma superfície de 179.700 km², onde vivem perto de 1.354.000 pessoas. Essa região se caracteriza pela predominância das pequenas propriedades (137.900 propriedades de menos de 10 hectares, contra 20.800 na zona da Mata e 41.500 no Sertão), cuja exploração não é economicamente viável, a não ser se agrupadas em cooperativas. A atuação da ANCAR de Pernambuco (ANCARPE), que se empenha, através da transmissão e da generalização das técnicas apropriadas, em melhorar o rendimento dos principais cultivos de víveres (milho, sorgo, mandioca etc.) e de mercado (essencialmente o algodão), bem como em estimular e facilitar a criação de cooperativas, se exercia, em 1966, em 47 Municípios, agrupados em 9 regiões. A ANCARPE dispõe de 17 técnicos em orientação e liderança, de 89 técnicos de execução, bem como de 88 agentes administrativos, que atuam junto a cerca de 1900 líderes rurais.

b) Atuação sobre as estruturas de base

Os imperativos do desenvolvimento agrícola nas áreas ditas prioritárias, onde as tensões sociais são vivas e onde as estruturas de base são arcaicas, levaram à criação do IBRA, promulgado pela lei de 30 de novembro de 1964. Esse organismo, subordinado diretamente à Presidência da República, está encarregado de estabelecer núcleos de colonização nas terras desapropriadas dos grandes proprietários, de instalar ali os antigos trabalhadores agrícolas e de facilitar seu acesso à propriedade, proporcionando-lhes educação geral, agrícola, cooperativa, bem como assistência técnica. Até o momento, as atividades do IBRA se têm concentrado essencialmente no Nordeste, onde três núcleos de colonização foram estabelecidos, em Caxangá (22.000 hectares, 1200 famílias), Coatis (1000 hectares, 85 famílias) e Rio Tinto (22.000 hectares, 1000 famílias). A atuação, ora limitada, do IBRA de certo experimentará uma certa expansão nos anos vindouros.

Em cada um desses núcleos de colonização, o IBRA dispõe de uma equipe de educadores e de instrutores. Por outro lado, o IBRA também coopera com a ABCAR, financiando-lhe a sua ação nas zonas prioritárias, a fim de garantir a colonização em prática e o funcionamento dos serviços de extensão agrícola. Parece, no entanto, que o divórcio que existe entre a educação geral e especialmente a alfabetização, por um lado, e a formação técnica e profissional, de outro, ameaça prejudicar uma e outra e até mesmo comprometer, a longo prazo, o êxito dos esforços empreendidos.

c) Os projetos de irrigação

Destinados a amenizar a falta de água no Nordeste, foram

iniciados dois projetos relativos à utilização dos recursos hidráulicos para fins de irrigação. Ambos estão atualmente em fase inicial de estudos e de experimentação, mas deverão levar, a prazo mais ou menos longo, a ações de grande envergadura. O primeiro projeto diz respeito ao vale do São Francisco e é objeto de um projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - (Fundo Especial), cuja execução foi confiada à FAO (Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas); esse projeto vem de entrar em sua segunda fase. Interessa à parte Norte do vale do São Francisco, que banha os Estados da Bahia e de Pernambuco. As operações empreendidas no decurso da primeira fase levaram à criação de um perímetro experimental de irrigação de 150 hectares. A fase atual, a estender-se até junho de 1969, levará avante as pesquisas e as experimentações, bem como o estabelecimento de dois perímetros suplementares, de 2000 hectares cada um. A irrigação, no contexto desse projeto, se faz mediante bombeamento. Foi instalado um centro de formação, visando a proporcionar aos futuros colonos uma formação capaz de lhes permitir ajustar-se às práticas e às técnicas do cultivo intensivo irrigado. Esse centro já formou quinze lavradores instalados no perímetro experimental de 150 hectares.

As primeiras conclusões tiradas dos estudos levados a cabo até agora mostram a viabilidade da ocupação de uma superfície de perto de 790.000 hectares, nos quais poderão ser instalados 75.000 a 80.000 lavradores e suas famílias. Contudo, o calendário para a execução dos trabalhos, que provavelmente serão levados a efeito sob a responsabilidade da SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), em combinação com a SUDENE, ainda não foi elaborado; o ritmo de expansão dependerá primordialmente das possibilidades de financiamento.

O segundo projeto interessa ao aproveitamento do vale do Jaguaribe, localizado no Estado do Ceará; ele apresenta muitas semelhanças com o projeto do São Francisco. Os estudos, iniciados em 1962, estão sendo levados a efeito por uma sociedade francesa (SET-Coopération). A irrigação far-se-á pela gravidade, partindo das represas de Ores e de Banaboiu. Está prevista a criação de um perímetro experimental de 250 hectares, bem como de um perímetro-piloto de 2500 hectares (em Morada Nova). Está também em vias de instalação um centro de formação. A exemplo do projeto do vale do São Francisco, o calendário de execução dos trabalhos ainda não está bem definido e dependerá, em primeiro plano, da obtenção de financiamento, que talvez venha a ser pedido ao BIRD.

A formação dos futuros exploradores agrícolas, no contexto de ambos os projetos de irrigação, é extremamente importante. Trata-se, de fato, de transformar um plantador tradicio-

nal (cultivo extensivo) num agricultor sedentário, que sabe tirar proveito da rede de irrigação e conhecedor das técnicas relacionadas com cultivos que para ele são novas.

d) Trabalhos de eletrificação

A fim de satisfazer a procura crescente de eletricidade, a qual vem acompanhando o desenvolvimento do País e que se vem acumulando a um ritmo anual de 8,5% entre 1955 e 1965, importantes trabalhos de eletrificação foram efetuados, partindo de grandes represas - Urubupungá, no Sul, e Paulo Afonso e Boa Esperança, no Nordeste.

Embora a eletricidade no Brasil seja fornecida por perto de 990 empresas, das quais 770 são de pequeno tamanho e das quais muitas pertencem ao setor privado, a maior parte da produção provém de 16 companhias federais, controladas pela ELETROBRÁS. Muitas dessas companhias se consideram, não só como empresas comerciais produtoras e vendedoras de força elétrica, mas acham que lhes cabe o papel de mestres-obra no desenvolvimento das regiões onde intervêm. Um caso especialmente da COHEBE (Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança), que, com a energia produzida pela represa-gigante de Boa Esperança, se propõe a eletrificar, numa primeira etapa, uma imensa região, que compreende grande parte dos Estados do Maranhão e do Piauí, interessando a 17 Municípios, onde vive uma população estimada em cerca de 1.300.000 pessoas (das quais 570.000 em meio urbano).

Atualmente, a COHEBE está em vias de reinstalar cerca de 20.000 pessoas (das quais 4.000 agricultores), que tiveram de ser deslocadas devido aos trabalhos de construção da represa, dando-se-lhes assistência técnica e proporcionando-lhes a necessária formação. A COHEBE dispõe para tal uma equipe de educadores, que procuram empreender ações de alfabetização e educação, em relação aos quais apenas resta lamentar que não estejam melhor entrosados com os esforços de extensão agrícolas empreendidos pelos técnicos da ABCAR.

B. - AÇÃO empreendida no setor da alfabetização e da educação de adultos

1. Ação pública

O Governo federal e as autoridades dos Estados e dos Municípios há muito tempo se preocupam com os problemas que dizem respeito à alfabetização e à educação de adultos. Numerosas campanhas de alfabetização foram lançadas, nos últimos 30 anos, no Brasil, tendo tido destinos diversos. A primeira campanha sistemática de

educação de adultos remonta ao ano de 1947; a ela seguiu-se uma Campanha Nacional de Educação Rural, organizada e principiada em 1949, e uma Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, iniciada em 1958. Em 1963, em combinação com o Movimento de Cultura Popular, foi lançado um Programa de Mobilização Nacional contra o Analfabetismo. Esses diversos projetos permitiram a redução da taxa de analfabetismo de 58% em 1940 para 53% em 1950 e 42% em 1960, enquanto concomitantemente a população brasileira crescia de 41,2 milhões para 51,5 e 71 milhões.

O problema do analfabetismo portanto, ainda não foi solucionado. É preciso considerar que, de fato, até se agravou, em vista do baixo aproveitamento do ensino primário e da insuficiência de desenvolvimento do mesmo. O primeiro censo escolar, realizado em 1964, de fato mostrou que 2,5 milhões de crianças em idade escolar não tinham condições de frequentar escola. Uma elevada fração dos alunos do ensino primário abandonam a escola após um ou dois anos de estudos e voltam, por conseguinte, a cair rapidamente de novo no analfabetismo. Segundo cálculos realizados em 1965, de cada 100 alunos que ingressam na escola primária 46 a abandonam antes do término do primeiro ano e apenas 9 concluem o ciclo primário mínimo de 4 anos.

A ação a favor da alfabetização de adultos se realiza simultaneamente por parte dos serviços públicos e por parte das organizações não-governamentais. A atuação dos primeiros geralmente se enquadra no contexto das atividades supletivas de ensino primário. A responsabilidade pelo ensino supletivo foi confiada, de acordo com a Lei descentralizadora de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, adotada em 1961, aos Estados, que, no entanto, devem acatar as orientações e conselhos técnicos do MEC e recebem da União uma grande parcela dos recursos financeiros que para tal necessitam.

Os cursos para o ensino de adultos, cuja duração varia de 2 a 4 anos, se realizam geralmente à noite, nos prédios das escolas primárias; os cursos são ministrados por professores contratados sob o regime de tempo parcial, especialmente dentre os elementos do magistério. O teor desse ensino não difere substancialmente do das escolas primárias e se orienta, aliás, talvez mais em relação aos adolescentes que não puderam frequentar a escola do que em relação aos adultos. O número de alunos inscritos e que realmente comparecem aos cursos do ensino primário supletivo evoluiu da seguinte forma (1):

(1) Essas estatísticas incluem certo número de alunos que frequentaram cursos promovida por organizações particulares.

Tabela 9: Alunos inscritos no ensino primário supletivo

	<u>Início do ano</u>	<u>Fim do ano</u>
1964	314.770	57.774
1965	410.973	344.125
1966	517.013	429.882

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1967.

A maioria dos cursos são realizados no meio urbano, devido às facilidades materiais mais importantes disponíveis nas cidade. A proporção de alunos que frequentam cursos organizados no meio rural apenas representava, em inícios do ano, 18,4% em 1964, 13,5% em 1965 e 18,7% em 1966.

ao nível do Estado, os órgãos responsáveis pelo ensino supletivo geralmente são os Departamentos de Ensino supletivo ou os Serviços de Educação Extra-Escolar, que funcionam no seio das Secretarias de Educação e Cultura. Em alguns Estados, contudo, a educação dos adultos cabe à Diretoria do Ensino Primário.

Ao nível federal, os órgãos encarregados da organização das campanhas nacionais de alfabetização de adultos foram suprimidos em 1964. Portanto, a partir de 1965, cabe ao Departamento Nacional de Educação (DNE), do Ministério da Educação e Cultura, proporcionar aos Estados a assistência técnica de que necessitam no setor da alfabetização e da educação, assim chamada não-sistemática. A ação do DNE se exerce em conjunto com uma Comissão Interministerial, chamada Junta Nacional de Alfabetização, a qual foi substituída, em fins de 1966, por uma Comissão Nacional de Alfabetização e Educação Não-Sistemática, composta de representantes dos diferentes Ministérios e encarregada de informar e motivar a opinião pública quanto aos problemas do analfabetismo e de suscitar, ao nível dos Estados, a criação de comissões análogas.

As atividades da educação de adultos, até agora, se enquadravam no contexto do Plano Nacional de Educação para 1963-1970, o qual, no entanto, nesse setor, fixou objetivos apenas bastante vagos. É bem verdade que, em 28 de fevereiro de 1966, foi promulgado um Plano Nacional Complementar, visando o ensino supletivo. Esse Plano objetiva organizar, para as pessoas não-escolarizadas de 10 a 29 anos, um ensino equivalente aos níveis primário e médio, conjugado a atividades orientadas para o trabalho. Esse plano, todavia, não pode ainda ser executado, por falta de verbas, dependendo seu financiamento, essencialmente aleatório, do montante dos saldos não-utilizados do Fundo Nacional do Ensino Primário.

Por força de uma lei de nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, o Governo federal resolveu criar uma fundação, intitulada Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que funciona no seio do Ministério da Educação e Cultura e goza de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira.

Preside a MOBRAL ex-officio o Diretor do DNE. A MOBRAL incumbe a colocação em prática do Programa Nacional de Alfabetização Funcional e de Educação Contínua, aprovado pela mesma lei de 15 de dezembro de 1967. Esse programa prevê alfabetização de 1.500.000 adolescentes e adultos de 15 a 30 anos, no decorrer de uma etapa inicial de 4 anos. Ações complementares deverão permitir incorporar às escolas primárias 850.000 crianças de 10 a 14 anos ainda não-escolarizadas, bem como realizar um sistema de ensino para adultos através do rádio e da televisão, capaz de atingir a cerca de 500.000 adultos.

O custo global do programa foi estimado em perto de 400 milhões de cruzeiros novos. Sua execução será descentralizada, graças às convenções firmadas entre a MOBRAL, de um lado, e os Estados, as administrações municipais e as organizações / não-governamentais, de outro.

2. Ação não-governamental

Paralelamente diversas campanhas de alfabetização têm sido levadas a efeito por organizações não-governamentais, que muitas vezes, no entanto, gozam da ajuda do Governo federal ou dos Estados. Entre essas organizações, vale a pena citar especialmente as seguintes:

(a) Movimento de Educação de Base (MEB)

Esse Movimento, criado pela Conferência Nacional do Episcopado Brasileiro e reconhecido por decreto do Presidente da República, de março de 1961, se propõe a proporcionar aos adultos analfabetos, que vivem no meio rural e especialmente nas regiões insuficientemente desenvolvidas do país, um ensino elementar e uma formação capazes de facilitar e melhorar a vida comunitária. A atuação do MEB, que visa a suscitar um processo de tomada-de consciência (ou conscientização) ao mesmo tempo que uma melhoria do nível técnico e cultural das populações, se realizada principalmente através de programas radiofônicos comentados, seguidos de debates dirigidos por um monitor ou líder. Em 1964, essa ação, empreendida em 15 Estados e Territórios da Federação, permitiu a formação de mais de 12.000 líderes, motivados por mais de 500 técnicos em educação popular. A partir de abril de 1964, os recursos financeiros do MEB - que dependia, em grande parte, de subvenções federais - foram diminuindo, forçando o MEB a reduzir gradati

vamente as suas atividades (1).

(b) A Cruzada ABC

A Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC), de iniciativa das missões protestantes americanas, começou, em 1965, no Nordeste do Brasil e, em especial, em Recife. Ela visa a alfabetizar os adultos e a proporcionar-lhes uma formação complementar no plano moral, cívico, sanitário e, acessoriamente, técnico. Dispondo de poderosos recursos financeiros, fornecidos pela ajuda americana e fundações particulares, a Cruzada ampliou consideravelmente suas atividades, assinando com diversos Estados acordos destinados à organização de campanhas sistemáticas de alfabetização.

(c) SESI

O SESI, criado por decreto Nº 9.403, de 25 de junho de 1946, conta com o apoio financeiro da poderosa Federação Nacional das Indústrias. O SESI organiza uma série de atividades educacionais e culturais, visando melhorar a educação social dos trabalhadores (cursos de vulgarização cultural, bibliotecas, sessões de orientação de leituras, em sino da legislação trabalhista pelo rádio, ensino supletivo, cursos primários para os filhos dos trabalhadores etc.).

A pedido das grandes empresas industriais, o SESI organiza, especialmente nos Estados mais industrializados, cursos destinados aos trabalhadores analfabetos.

3. As iniciativas de alfabetização, quer sejam elas empreendidas / pelos serviços públicos ou por organizações não-governamentais, tal como foram até aqui resumidas, não permitiram, até agora, realizar a sincronização e a integração da formação profissional e da alfabetização. Duas experiências de alfabetização funcional, contudo, chegaram a ser realizadas. A primeira foi empreendida pela ELETROBRÁS (empresa de economia mista, que funciona sob a forma de "holding" e agrupa a maioria das sociedades de / produção e distribuição de energia elétrica em funcionamento no Brasil), com o apoio da Divisão de Ensino Industrial do MEC e a ajuda técnica da cooperação bilateral francesa, visando a assegurar a formação rápida de eletromecânicos, monitores e técnicos necessários para o funcionamento da usina e das instalações

(1) É possível, contudo, que essa tendência sofra uma reversão no decorrer dos próximos anos e que o MEB seja chamado de novo a exercer um papel importante no setor da alfabetização.

Hidrelétricas: de Paulo Afonso; essa experiência, que permitiu a colocação em marcha de programas e métodos originais de promoção técnica de trabalhadores analfabetos, inspirados naqueles elaborados pela l'ELECTRICITÉ DE FRANCE, já começa a ser aplicado por outros projetos **hidrelétricos**. Uma segunda experiência se desenrola atualmente no contexto do projeto RODOVIA, empreendido sob a direção do SENAI, visando a assegurar a formação profissional e a iniciação técnica a mão-de-obra empregada nas grandes companhias encarregadas das **construções** de rodovias e dos trabalhos de infra-estrutura no Nordeste do Brasil.

C - Descrição do Projeto

1. Objetivos

Dentro dessas perspectivas gerais poderá realizar-se no Brasil um Projeto-Piloto de Alfabetização Funcional, enquadrado no Programa Experimental Mundial de Alfabetização, cujos objetivos principais seriam os seguintes:

- (a) Favorecer a promoção técnica e a integração sócio-cultural dos trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos, condicionando especialmente a aceitação e a disseminação de valores, de atitudes e de comportamentos favoráveis à adoção de técnicas novas e ao aumento da produtividade.
- (b) Elaborar e experimentar métodos novos de alfabetização, integrando e sincronizando o aprendizado da leitura, da escrita e da aritmética com a iniciação técnica e a formação profissional; preparar, especialmente, os instrumentos e os meios auxiliares pedagógicos destinados à alfabetização funcional e estudar as condições sob as quais sua utilização poderia ser melhorada, lançando mão dos meios de comunicação com a massa (rádio, cinema, televisão / etc.).
- (c) Constituir um laboratório para a elaboração de material pedagógico e a colocação em prática de métodos de formação de instrutores e monitores, os quais poderão, posteriormente, ser sistematizados e generalizados sob a responsabilidade do MOBREAL, a fim de facilitar e acelerar a execução do Plano Nacional de Alfabetização Funcional e de Educação Permanente dos Adolescentes e Adultos, promulgado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.
- (d) Favorecer o intercâmbio de informações, de idéias e de material entre as experiências de alfabetização funcional realizadas nos diversos países sob os auspícios da UNESCO.

2. Campo de aplicação

Um Projeto desse tipo poderia subdividir-se em três subprojetos, que constituiriam unidades de experimentação distintas e correspondentes a diferentes situações sócio-econômicas e sócio-profissionais.

(a) Alfabetização funcional e promoção técnica dos operários do setor da construção civil de São Paulo

Um primeiro subprojeto se destinaria aos trabalhadores analfabetos e semi-analfabetos do setor da construção civil e mobiliária de S. Paulo, a fim de lhes permitir adquirir os conhecimentos técnicos elementares necessários ao exercício dos ofícios básicos que o setor comporta - trabalhos de marceneiro, de pedreiro, de bombeiro, trabalhos de metal etc. - bem como de adaptar-se à introdução de novas técnicas, resultantes, por exemplo, da utilização de elementos prefabricados. Ressalvando a realização de estudos estatísticos mais profundos, pode-se calcular que esse setor de atividades emprega atualmente, apenas quanto a cidade de São Paulo e aos três municípios industriais adjacentes, / 100.000 operários, dos quais 25% são qualificados, 30% semiquualificados (adestrados) e o resto sem qualificação. Propõe-se que o projeto se concentre, no decurso da primeira fase, na formação de trabalhadores qualificados e semiquualificados que ainda sejam analfabetos ou semi-analfabetos e que já são empregados das / emprêsas. Nessa hipótese, considerando-se o índice de renovação do pessoal e o ritmo de expansão do setor, pode-se estimar que os novos empregos a serem confiados a analfabetos representarão cerca de 4% do total da mão-de-obra empregada, ou seja, 1.000 operários qualificados e 1.200 operários semiquualificados por ano. No decorrer de uma segunda fase e após a avaliação / dos resultados obtidos, poderia cogitar-se de estender a ação à totalidade dos trabalhadores semiquualificados do setor que não tenham tido, de modo geral, mais do que uma formação no trabalho, visando a incrementar a sua produtividade, melhorar seu nível profissional, reduzir a mobilidade dos trabalhadores e favorecer a promoção interna no seio das emprêsas. Essa segunda etapa interessaria aproximadamente a 27.000 operários semiquualificados, ou seja a 90% do total. Numa terceira etapa, a experiência poderia ser ampliada em duas direções: uma, setorial, que permitiria cobrir a totalidade do setor da construção civil e mobiliária do Brasil; outra, geográfica, que visaria facilitar a acolhida e a integração, na classe operária paulista, da totalidade dos trabalhadores migrantes / procedentes dos demais Estados do Brasil, especialmente do Nordeste.

(b) Alfabetização funcional e iniciação técnica polivalente dos TRABALHADORES DA ZONA INDUSTRIAL DA Região de Salvador

Um segundo subprojeto se destinaria aos trabalhadores analfabetos ou semi-analfabetos que já trabalham ou são suscetíveis de trabalhar no setor industrial de Salvador e seus arrabaldes, especialmente na nova zona industrial de Aratu. Esse subprojeto deverá permitir / aos operários adquirirem os conhecimentos técnicos elementares necessários ao exercício dos diferentes ofícios básicos indispensáveis ao desenvolvimento industrial da região.

Ressalvando a realização de ~~levantamentos~~ estatísticos mais detalhados - alguns dos quais já se acham em vias de elaboração - e levando em conta os dados e informações recolhidos diretamente pela Federação das Indústrias e o Serviço Social das Indústrias do Estado da Bahia, pode-se estimar que o complexo industrial do Grande Salvador empregava, em 1967, de 20.000 a 25.000 operários, dos quais 6.000 estavam ligados aos trabalhos de instalação da zona industrial de Aratu ou já trabalhavam nas novas empresas da mesma região. A expansão industrial prevista permite a suposição de que esse número poderá dobrar até 1970. Isso, pois, nos leva a um total de 25.000 novos operários a serem formados no decorrer dos próximos três anos. Por outra parte, conviria aperfeiçoar a mão-de-obra atualmente empregada, cujo nível cultural e qualificações / técnicas pareceriam, em conjunto, de acordo com a opinião dos chefes de empresa inquiridos, ser absolutamente insuficientes. Eis, então, que se deve calcular / em cerca de 35.000 o número total de trabalhadores que necessitam receber, quer seja uma formação inicial, quer seja uma formação profissional complementar, no decurso dos próximos anos. A importância dos investimentos destinados à industrialização da região de Salvador e o custo relativamente elevado que, naquela região, representa a criação de um emprego industrial (esse custo, segundo certas estimativas, varia de 12.000 a 20.000 US\$) justificam, portanto, amplamente uma / ação sistemática e intensiva de alfabetização operária, aliada à formação profissional e ao aperfeiçoamento no seio das empresas.

O programa contemplado poderia desenrolar-se nas duas seguintes direções:

- (i) Alfabetização e iniciação técnica polivalente dos trabalhadores sem qualificação, escolhidos à base de testes elementares de aptidão técnica dentre a mão-de-obra disponível. Tal ação permitiria consti

tuir-se uma reserva de mão-de-obra, da qual poderiam lançar mão as emprêsas na medida de suas necessidades. Será naturalmente conveniente associar as indústrias estreitamente à implantação desse sistema de preparação da mão-de-obra, a fim de garantir a colocação dos trabalhadores que concluirão com êxito os cursos de alfabetização funcional (aproximadamente 150 horas).

- (ii) Promoção e aperfeiçoamento técnico dos trabalhadores analfabetos e semianalfabetos já contratados pelas emprêsas. As indústrias deverão eventualmente cogitar de melhorar a remuneração dos trabalhadores que houverem, dessa forma, complementado sua formação profissional.

(c) Alfabetização funcional e formação da mão-de-obra rural qualificada no Nordeste do Brasil

Como os demais setores da economia, o progresso da agricultura depende, indubitavelmente, das providências tomadas para melhorar o nível cultural e técnico da mão-de-obra rural. Ora, a situação do ensino agrícola e da formação profissional não é satisfatória no Brasil; existe uma carência de quadros médios (que paradoxalmente se apresenta combinada com uma sub-utilização desses mesmos quadros), sendo a formação de agricultores e de operários agrícolas qualificados quase inexistente, apesar dos meritórios esforços da ABCAR e de suas agências locais. O Governo brasileiro mostra-se preocupado com essa situação e o Ministério da Educação e Cultura, através da Diretoria Geral de Ensino Agrícola, está atualmente elaborando um programa de ação sistemática, que parte de estudos sobre as necessidades de mão-de-obra qualificada, programa esse que deverá permitir o estabelecimento de uma rede de centros de formação de instrutores e de monitores agrícolas em cada um dos principais Estados da União.

No Nordeste, os objetivos fundamentais em matéria de desenvolvimento rural e de reforma agrária, tais como os definiu a SUDENE, são os seguintes:

- modificação da estrutura agrária (redistribuição das terras insuficientemente cultivadas, reagrupamento ou associação das pequenas propriedades ou minifúndios);
- ampliação das fronteiras agrícolas;
- aumento do número de perímetros irrigados (especialmente nos vales de São Francisco e do Jaguaribe);
- assistência aos organismos de colonização.

Enquanto se aguarda a elaboração de um plano sistemático, que permitirá atingir êsses objetivos e que deverá englobar também e evidentemente as ações de alfabetização funcional contempladas, uma série de operações limitadas poderão ser realizadas, conforme o calendário a ser posteriormente precisado, a fim de integrar e entrosar os programas que dizem respeito à educação comunitária, à alfabetização, à extensão rural e à formação de agricultores. Tais operações poderiam ser realizadas em ligação com os seguintes organismos:

- (i) Grupo de irrigação do vale do São Francisco (GISF), que já goza de assistência do Fundo Especial, no contexto do Projeto BRA/1, cuja execução está confiada à FAO;
- (ii) IBRA, especialmente em vista das atividades que realiza no contexto dos núcleos de colonização de Caxangá e de Coatis;
- (iii) ABCAR, devido ao esforço de extensão rural que realiza no Agreste de Pernambuco;
- (iv) COHEBE, no contexto das atividades de educação e / de formação que se fazem necessárias para o aproveitamento do vale do Parnaíba (eletrificação, navegabilidade do Rio Parnaíba, desenvolvimento da agricultura e da pesca, criação de pequenas indústrias etc.).

Considerando a complexidade dos problemas referentes à formação rural nessa região do Brasil (o que já foi salientado no relatório da missão realizada pelo Sr. Jean Fauchon, funcionário da Organização Internacional do Trabalho, a pedido do Governo brasileiro, em outubro de 1967), parece necessário prever-se uma fase de operações preliminares, a durar cerca de 18 meses e destinada a completar estudos e avaliações em profundidade. Somente ao cabo dessa etapa preparatória é que se poderá definir, de forma precisa, quais seriam as condições sob as quais um ou mais subprojetos de alfabetização funcional no meio rural poderiam efetivamente ser empreendidos.

(d) Equipe central

Propõe-se a constituição de uma pequena equipe central de peritos internacionais junto ao MOBREAL, a fim de coordenar a ação dos diferentes subprojetos, estudar e definir as condições e perspectivas de generalização e avaliar os resultados obtidos com a colocação em marcha do Projeto, conforme as normas estabelecidas pela Comissão

de Peritos da UNESCO, encarregada da avaliação do Programa Experimental Mundial de Alfabetização. Essa equipe poderá, outrossim, proporcionar ao MOBRAL a necessária assistência de que talvez venham a precisar para a execução do Plano Nacional de Alfabetização Funcional, promulgado pela lei de dezembro de 1967.

3. Órgãos de execução

(a) Ao nível federal

O MOBRAL será, no seio do MEC, o órgão encarregado da coordenação da totalidade do projeto. Conforme a situação prevalecente nos demais projetos-pilotos de alfabetização funcional, sugere-se a criação de um Comitê Consultor de Coordenação, encarregado de assessorar o MOBRAL quanto às condições de organização, de desenvolvimento e de avaliação do Projeto-piloto, no qual estarão representados os principais Ministérios e órgãos federais, regionais ou locais interessados: Ministério do Planejamento e da Coordenação, Ministério da Agricultura, Ministério do Interior, Ministério do Trabalho e da Previdência Social, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria Estadual de Educação da Bahia, Federação Nacional das Indústrias, SUDENE, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), IBRA, SENAI, ABCAR, COHEBE etc.

(b) Subprojeto de São Paulo

O projeto será executado sob a responsabilidade conjunta do SENAI e do SESI, com o patrocínio da Prefeitura de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de S. Paulo.

(c) Subprojeto de Salvador

O projeto será realizado sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação da Bahia, em íntima cooperação com a Secretaria do Trabalho, o SENAI, SESI e Federação das Indústrias.

(d) Subprojeto no meio rural

Ressalvando os resultados dos estudos a serem realizados para chegar a uma definição mais precisa das condições de implantação das operações de alfabetização funcional visando o meio rural no Nordeste, o subprojeto poderia realizar-se sob a responsabilidade da ABCAR, em combinação com as diversas instituições interessadas (IBRA, GISF, / COHEBE etc.) e sob o patrocínio do Departamento de Recursos Humanos da SUDENE.

4. Duração do projeto

O projeto poderá estender-se por um prazo de 4 a 6 anos, a começar em junho de 1969. Propõe-se que um perito inter

nacional seja colocado à disposição do MEC, a título de elemento da assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o mais brevemente possível, a fim de estudar as medidas a serem tomadas para facilitar a colocação em marcha do projetor, coligir os dados complementares, realizar os estudos necessários para a definição das ações a empreender, participar na formulação de um eventual pedido ao PNUD e elaborar um anteprojeto do plano de operações.

5. Financiamento

(a) Equipe central

(i) Contribuição do PNUD

<u>Peritos</u>	M/H	US\$
- Consultor técnico principal	60	115.500
- Avaliador	60	115.500
- Especialista em meios de informações (televisão educacional especialmente)	24	46.200
		<u>277.200</u>
Bolsas de estudo (3 de 6 meses)		10.200
	TOTAL:	<u>287.400</u>

(ii) Contribuição brasileira

<u>Pessoal</u>	M/H	Cruz. Novos
- 1 Diretor	60	90.000
- 3 Especialistas de avaliação	180	216.000
- 2 Secretárias	120	48.000
- 1 Motorista	60	15.000
- 1 Contínuo	60	12.000
	TOTAL:	<u>381.000</u>

Funcionamento (Material)

- Despesas com levantamentos para avaliação	75.000
- Viagens (passagens avião)	25.000
- Manutenção veículo	12.500
- Despesas de Escritório	<u>25.000</u>
	TOTAL: 137.500

Equipamento

- Equipamento de escritório	10.000
- 1 veículo utilitário	<u>10.000</u>
	TOTAL: 20.000

Total da contribuição brasileira 538.500

(b) Subprojeto de São Paulo(i) Contribuição do PNUDPeritos

	M/H	US\$
- Especialista em educação de adultos	36	69.300
- Especialista em formação industrial	24	69.300
TOTAL	60	138.600

Equipamento

		100.000
Bolsas (4 bolsas de 6 meses)		13.600
		<u>252.200</u>

(ii) Contribuição brasileiraPessoal

	M/H	Cruz. Novos
- 1 Coordenador	60	72.000
- 2 Especialistas em educação de adultos (SESI)	120	108.000
- 2 Especialistas em formação profissional (SENAI)	120	108.000
- 2 Especialistas audiovisuais	72	64.800
- 1 Técnico impressor	36	25.200
- 1 Técnico laboratório fotográfico	36	25.200
- 1 Ilustrador	36	25.200
- 2 Secretárias	120	48.000
- 2 Operadores de Máquinas	72	18.000
- 2 Motoristas	120	48.000
		<u>524.400</u>
- 15 Supervisores-instrutores para os instrutores dos 3 programas (tempo parcial)	900	90.000
- 135 Instrutores por programa	6.480	486.000
- 60 Instrutores por programa	2.880	172.800
- 300 Instrutores por programa	10.800	540.000
		<u>1.288.800</u>

Despesas de funcionamento

	US\$
- Despesas de escritório da equipe de conceituação e administração (5 anos)	60.000
- Manutenção de 2 veículos	25.000

27.

	US\$
- Material consumível para a produção dos instrumentos pedagógicos (papel, tinta, material audiovisual etc.)	100.000
- Material consumível nas turmas (aulas) de alfabetização funcional (papel, lápis, giz).	<u>25.000</u>
	210.000

<u>Equipamento, valor locativo etc .</u>	Cruz. Novos
- Valor locativo dos prédios da equipe de concepção e administração	75.000
- Equipamento de escritório para a equipe de concepção e administração	25.000
- Dois veículos utilitários	20.000
- Equipamento das salas e oficinas com material didático	5.000
- Valor locativo para a utilização dos locais para a alfabetização funcional	<u>p. m.</u>
	125.000

<u>TOTAL da contribuição brasileira para o subprojeto de S. Paulo</u> (Cruzeiros novos)	2.148.200
15% do custo dos peritos (US\$)	27.720

(c) Subprojeto de Salvador(i) Contribuição do PNUD

<u>Peritos</u>	M/H	US\$
- Especialista em educação de adultos	36	69.300
- Especialista em formação profissional industrial	36	69.300
TOTAL		<u>138.600</u>
<u>Equipamento</u>		60.000
Bolsas de estudo (3 de 6 meses)		<u>10.200</u>
		208.800

(ii) Contribuição brasileira

<u>Pessoal</u>	M/H	Cruz. Novos
- 1 Coordenador	60	72.000
- 2 Especialistas em educação de adultos (SEC ou SESI)	120	108.000
- 2 especialistas em formação profissional	120	108.000

28.

	M/H	Cruz. Novos
- 1 Técnico impressor	36	25.200
- 1 Ilustrador	36	25.200
- 2 Secretárias	120	48.000
- 2 Operadores de máquinas	72	18.000
- 2 Motoristas	120	30.000
		<u>434.400</u>
- 10 Supervisores-instrutores para instrutores (tempo parcial)	480	48.000
- 50 Instrutores para operários qualificados	2.400	180.000
- 85 Instrutores por programa	4.080	204.000
- 125 Instrutores por programa	6.000	300.000
		<u>732.000</u>

Despesas de funcionamento

- Despesas de escritório da equipe de concepção e administração		50.000
- Manutenção de 2 veículos		25.000
- Material consumível para a produção de instrumentos pedagógicos		70.000
- Material consumível para as classes de alfabetização funcional		20.000
		<u>165.000</u>

Equipamento, valor locativo etc.

- Valor locativo dos prédios da equipe de concepção e administração		75.000
- Equipamento de escritório para a equipe de concepção e administração		25.000
- Dois veículos utilitários		20.000
- Equipamento das salas e oficinas com material didático local		4.000
- Valor locativo para a utilização dos locais para a alfabetização		p. m.
		<u>124.000</u>

TOTAL da contribuição
TOTAL da contribuição brasileira
 para o subprojeto de Salvador

(Cruzeiros novos)	1.455.400
15% do custo dos peritos (US\$)	20.790

(d) Subprojeto rural

(i) Contribuição do PNUD

Peritos (operações preliminares)	M/H	US\$
- Especialista em educação de adultos	18	34.650

Recapitulação orçamentária

1. Contribuição do PNUD US\$ (dólares)

Equipe central	287.400
Subprojeto de São Paulo	252.200
Subprojeto de Salvador	208.800
Subprojeto rural	34.650

TOTAL: 783.050

2. Contribuição do Governo brasileiro Cruz. novos

Equipe central	583.500
Subprojeto de São Paulo	2.150.000
Subprojeto de Salvador	1.455.000
Subprojeto rural	p.m.

TOTAL: 4.188.500 cruzeiros novos
ou seja: 1.308.900 US\$ (dólares)

Tradução de Ingeborg K. de Mendonça

/lls.

APTD 03.2.4-26/33

Cópia de carta ao febr
recentemente endereçada ao
Embaixador Carlos Chagas,
em Paris, sobre o relatório
do IPEA.

23.12.69.

— ~~Carvalho~~